

Reforma agrária Governo deve liberar verba suplementar de R\$ 1,7 bilhão para projetos de assentamentos

Conflito fundiário causa a maior pressão

ERALDO PERES/AP



Manifestação de trabalhadores ligados ao MST: de janeiro a 22 de abril, sem-terra invadiram 126 propriedades

César Felício
De Brasília

Em nenhuma área social o governo Lula recebe tantas pressões quanto na fundiária. A pressão ocorre dentro e fora da Esplanada dos Ministérios. No governo federal, o ministério do Desenvolvimento Agrário estabelece todos os seus planos contando com uma suplementação orçamentária de R\$ 1,7 bilhão para custeio e investimentos, além dos R\$ 1,1 bilhão já previstos no Orçamento deste ano.

Alimentando o trabalho do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, por mais verbas, está o ritmo de invasões de propriedades desde o início do ano. Foram oito em janeiro, oito em fevereiro, quarenta em março e setenta até o dia 22 de abril, segundo o balanço preliminar do ministério. É um quadro que fortaiza a briga por mais recursos.

"O ritmo de invasões decai com a realização efetiva da reforma agrária", afirma o secretário-executivo do ministério, Guilherme Cassel. Os movimentos sociais que patrocinam as invasões, como o MST, apoiaram a eleição de Lula para presidente e participaram da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em novembro com metas já consideravelmente menores do que as pretendidas pelos militantes. A pretensão dos movimentos era conseguir o compromisso do governo federal em assentar 1 milhão de famílias. Mas a meta ficou pela metade disso. Caso seja realizada, Lula teria assentado em quatro anos de governo um número semelhante ao feito por Fernando Henrique Cardoso ao longo de dois mandatos.

Em 2003, o ministério contou com R\$ 846 milhões para investimentos e custeio, sendo aproximadamente a metade disto para desapropriações. O saldo foi o ano mais pobre de realizações no setor desde o governo Collor. No ano passado, 192 áreas foram desapropriadas, totalizando 409 mil hectares, suficiente para 12.176 futuros assentamentos. No ano de 2002, já excepcionalmente fraco, foram feitas 229 desapropriações que atingiram 484,7 mil hectares. O recorde histórico é de 1998, quando 857 áreas foram desapropriadas, somando 2,3 milhões de hectares. O número de assentamentos no primeiro ano do governo Lula não passou de 36 mil, quase metade da meta inicial de 60 mil famílias.

"Tivemos um ajuste fiscal em 2003 que valeu pelo resto do governo", comentou Cassel. O secretário-executivo afirmou que com o dinheiro da suplementação deverá ser atingida a meta de 115 mil assentamentos e a recuperação da infra-estrutura em áreas que foram objeto de reforma agrária durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Nos próximos dias, um primeiro pacote da suplementação deverá ser enviado ao Congresso Nacional, solicitando mais R\$ 430 milhões para o setor.

Esta suplementação foi justificada pelo excesso de arrecadação orçamentária registrado no primeiro trimestre. Mas a questão para a qual ainda não se tem resposta é de onde virá o dinheiro para as suplementações posteriores. O excesso de arrecadação no primeiro trimestre se deu em parte pelo aumento da alíquota da Cofins para setores econômicos de ciclo produtivo curto, que o governo decidiu desonerar a partir de maio. "O presidente disse que para a reforma agrária não poderá faltar dinheiro. Se não houver outros trimestres de excesso de arrecadação, a verba virá de outras fontes", limita-se a dizer Cassel.

A reforma agrária do governo Lula é consideravelmente mais cara que a realizada no governo Fernando Henrique. Na administração passada, o custo por família assentada chegou a ser de cerca de R\$ 8 mil. Agora, a projeção é que se gaste em torno de R\$ 25 mil por unidade. Mas segundo Cassel, nada mais falso do que imaginar que o baixo custo do passado poderia ser repetido no presente.

"Foi um barato enganoso. Por uma série de circunstâncias, o governo passado queria assentar em grande quantidade, de qualquer maneira que fosse. Optou-se por terras mais baratas, cujo investimento posterior em infra-estrutura seria extremamente alto", disse Cassel, ressaltando que o investimento de infra-estrutura nos assentamentos não foi feito no antigo governo e terá que ser feito agora. "Herdamos um enorme esqueleto", afirmou. Nos futuros assentamentos, de acordo com o técnico, serão feitas desapropriações também em áreas valorizadas, que não envolvam grandes custos futuros de infra-estrutura.

O governo Fernando Henrique Cardoso ainda foi beneficiado, segundo o secretário executivo do ministério, por fatores conjunturais. "As grandes desapropriações foram feitas em um momento de baixa no mercado imobiliário rural. Agora, com o 'boom' da agricultura, o preço da terra está em alta", disse.